

Ações e transformação da cultura institucional a partir do projeto de extensão anti-trote - reflexões sobre trote e outras violências escolares

Rosiane Maria da Silva

*Doutora em Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Vinicius Fernandes

*Aluno do curso técnico em Meio Ambiente
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Lorena Sena

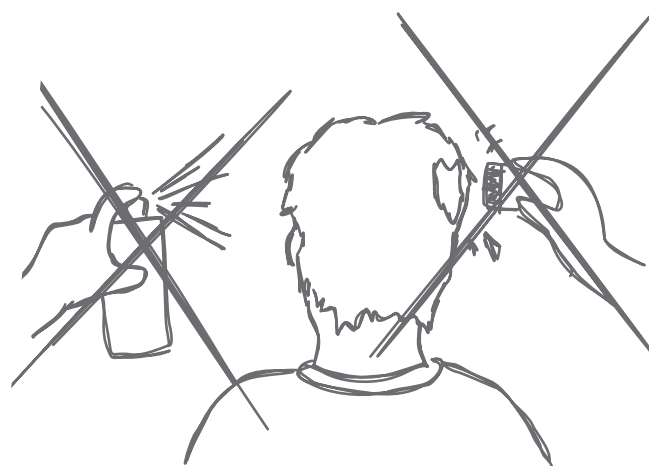
*Aluna do curso técnico em Alimentos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Ataliba Filho

*Aluno do curso técnico em Alimentos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*

Paulo Félix

*Aluno do curso técnico em Meio Ambiente
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro (IFTM)*



Resumo

Evitar a não repetição de trotes caracterizados por crueldade física, moral e psicológica, como já ocorreu no Colégio Agrícola de Uberlândia na década de 1980 (atual Instituto Federal do Triângulo Mineiro, *Campus* Uberlândia) e também estimular reflexões sobre violência, bem como propiciar ações formativas acerca da violência/preconceitos contra minorias sociais foram os objetivos do projeto de extensão Anti-trote. No presente trabalho, relataremos a experiência decorrente desse projeto de extensão. Os aportes teóricos foram a Teoria Crítica e estudos sobre Psicanálise e a Teoria Analítica de Jung. O projeto

de extensão versou sobre dois eixos temáticos: 1. Trote e *bullying* – preconceitos de racismo, machismo, homofobia. 2. Violência e preconceitos com indivíduos com transtornos psíquicos. A metodologia de execução consistiu em pesquisa participante, rodas de conversas, minicursos, oficinas, tendo parceria com outro projeto de extensão na área de Artes, coordenado pela professora Márcia Maria de Sousa. Os participantes foram 90 indivíduos, sendo 80 estudantes, 5 servidores e 5 professores. Os resultados foram constatação de menor nível de trotes e de *bullying* entre estudantes, discussão e uso mais adequado de terminologias que não incitam violência, envolvimento de maior número de membros da comunidade escolar com o projeto. Os estudos sobre a Reforma Psiquiátrica, promoveram a prevenção em saúde mental e a visibilidade de estudantes com transtornos psíquicos que “sofriam em silêncio” nos ambientes escolares. Autoconhecimento, empatia e reflexão sobre preconceitos foram estimulados, promovendo a inclusão de indivíduos diferentes no contexto acadêmico.

Palavras-chave: Trotes. *Bullying*. Violência. Minorias.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência está pautado na visão de que é necessário evitar a repetição de trotes violentos e ações de intimidação (*bullying*) na recepção e no cotidiano dos estudantes de escolas e universidades, uma vez que estes representam o recrudescimento do autoritarismo (ADORNO et al., 1965) e opressão observados em trotes das universidades europeias na Idade Média (MATTOSO, 1985), fato a ser superado, em se considerando os avanços tecnológicos e científicos da vida contemporânea.

Em 2004, a então Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia recebeu uma psicóloga no quadro de servidores, sendo esta uma das autoras do presente relato. O setor de Psicologia começou a promover encontros com os alunos desta instituição de educação com o intuito de refletir e modificar as atitudes e concepções dos alunos acerca de *bullying* e dos trotes opressivos e tradições que banalizavam a violência e autoritarismo por parte dos alunos mais antigos nos cursos. Tal trabalho de receber os estudantes novos, gerando reflexões e discussões sobre o *bullying* e o trote violento (“podemos afirmar que algum trote não seja violento?”)¹ na instituição durou de 2004 até 2011, por meio de dinâmicas de grupos, enquetes, atividades individuais e grupais para denunciar situações de trotes que muitas vezes levavam vítimas à evasão e dificuldades de rendimento e os agressores a problemas disciplinares. Este processo de trajetória profissional é descrito a seguir:

A experiência da autora no cargo de psicóloga institucional do IFTM, *Campus* Uberlândia, ao longo de oito anos de atuação com estudantes, pais e professores, possibilitou a identificação de práticas recorrentes de grupos defensores de trotes tradicionais. Constatação empírica de que, apesar do movimento opositor ao trote tradicional constituído por uma parcela da instituição, grupos da instituição formados por ex-alunos e docentes² mantêm postura hegemônica na formação técnica e social dos alunos. Tal influência transmite-lhes a atitude de soberba e mantém as ações trotistas na recepção aos alunos ingressantes. O uso de apelidos, apadrinhamentos dos novos colegas, práticas de hierarquização entre alunos ingressantes e trotistas e a amenização de punições para alunos autores de trotes violentos são alguns exemplos da dinâmica observada (SILVA, 2015)

Em 2011, o projeto de extensão “*Bullying nas escolas*” ocorrido no IFTM *Campus* Uberlândia foi responsável por uma ação preventiva sobre o *bullying* entre crianças e adolescentes em escolas

¹Fala do professor Oriowaldo Queda, durante banca de defesa de tese de doutorado de Rosiane M. Silva, em outubro de 2015, no PPGUE, Universidade Federal de São Carlos.

²Estes ex-discentes atualmente exercem cargos de docentes na Escola. Provavelmente, a maioria deles vivenciou as comissões de trotes existentes nas décadas de 1970-80 nessa instituição, responsáveis por “regular”, legitimar o trote tradicional que nela ocorreu durante este período (informações de entrevista com um professor que leciona na escola desde 1980 (SILVA, 2015).

de nível fundamental no município de Uberlândia. Alunos dos cursos médio e técnico do IFTM realizaram palestras para estas escolas com êxito. O projeto de extensão Anti-trote, em sua 2ª edição no ano de 2017, teve como objetivo geral propor uma ação institucional e interdisciplinar de promoção da redução de formas diversas de violência consideradas como “tradição” e que atingem os estudantes do IFTM *Campus* Uberlândia de forma negativa e onerosa. Os demais objetivos pretendidos pelo projeto consistiram em: 1. Pesquisar e intervir sobre as percepções e práticas do trote na instituição por estudantes e servidores/docentes; 2. Realizar ações psicossociais e formativas que reduzam trotes e ações de intimidação no ambiente acadêmico/institucional; 3. Propor conhecimentos e discussões sobre indivíduos que são vítimas de violência e preconceito no ambiente escolar, tais como negros, mulheres, homossexuais, indivíduos com transtornos psíquicos.

Este projeto de extensão se justifica com base em algumas leis e projetos de leis. O primeiro aparato legal é a Lei nº 13.185 de combate ao *bullying*, sancionada pelo Senado Federal, em 2015, que prevê punição para atos de intimidar, constranger, agredir física, moral ou emocionalmente dentro de instituições educacionais. Apesar disto, o *bullying* e *cyberbullying* ainda ocorrem de forma expressiva em instituições educacionais. Quanto aos trotes, infelizmente, ainda não existe uma lei específica em nível federal para criminalizar os trotes ocorridos em instituições de educação. Até o momento, há um projeto de lei que prevê que os trotes sejam considerados crimes de contravenção penal, passíveis de multa e prisão. Em 2015, com o processo de comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa (CPI da ALESP) houve uma intensa apuração de trotes nos ambientes das universidades daquele espaço, incluindo violência física, assédio moral e sexual. Apesar de inúmeros casos de abusos sexuais terem sido denunciados e julgados pela justiça durante esta CPI, foi proposto pelo relator da CPI que os trotes fossem considerados crimes de tortura. Entretanto, esta proposta até hoje não foi aprovada legalmente. Com base nestas legislações e, diante do exposto, supomos que as instituições de educação devam ter o dever de trabalhar ações que previnam e combatam essas práticas. É necessário que haja estudos e intervenções sobre a ocorrência de comportamentos dos trotistas³ nas instituições de ensino. Desse modo, a atuação sobre o assunto é de fundamental relevância para transformar a cultura trotista nas instituições de ensino.

³O conceito trotista é formulado por Almeida Jr. e Queda (2003, p.10): “chamamos de trotistas não apenas os alunos que aplicam ou recebem o trote, mas todos aqueles que de alguma forma contribuem para a sua manutenção. Por exemplo, podem ser trotistas professores, funcionários, dirigentes de universidades, jornalistas, políticos, governantes, famílias e instituições de ensino”.

A proposta de extensão teve um 2º eixo norteador voltado para prevenir violência e preconceito sobre indivíduos com transtornos psicológicos. Devido a este eixo, foram estudados conhecimentos da Psiquiatria clássica *versus* Antipsiquiatria e Psiquiatria Social, bem como da psicanálise freudiana (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2015) e da teoria analítica de Carl Gustav Jung (SILVEIRA, 1990). Buscamos, assim, encontrar fundamentos para uma discussão crítica sobre os tratamentos tradicionais dados aos indivíduos que sofrem de algum transtorno emocional e explorar recursos teóricos e técnicos multidisciplinares que ofertem um novo olhar sobre a normalidade e a loucura (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2015; SILVEIRA, 1990).

Desenvolvimento

Fundamentação teórica

Adorno (1995, p. 127-8) apresenta postura de aversão aos ritos de passagem como os trotes:

(...) É preciso se opor àquele tipo de *folk-ways*, hábitos populares, ritos de iniciação de qualquer espécie, que infligem dor física – muitas vezes insuportável – a uma pessoa como direito de ela se sentir um filiado, um membro do coletivo. A brutalidade dos hábitos como os trotes de qualquer ordem, ou quaisquer outros costumes arraigados desse tipo é precursora imediata da violência nazista. Não foi por acaso que os nazistas enalteceram e cultivaram tais barbaridades com o nome de “costumes”.

Ao descrever a origem histórica precisa do trote como fenômeno acadêmico, Mattoso (1985) sinaliza que os únicos tipos de fontes encontradas foram regulamentações proibitivas à violência entre estudantes na Universidade de Paris, entre 1200 e 1278. Nesse período, foram registradas 22 mortes de alunos alemães e franceses. Depois disso, uma das mais antigas fontes escritas sobre o trote é datada de 1342, também na instituição parisiense. Esta fonte versa sobre a coibição de taxas impostas aos novos alunos, pagamento de banquetes aos trotistas, confisco de livros e abusos financeiros. A partir da análise crítica dessas regulamentações, observou-se que os registros trazem, desde essa época, omissão por parte das autoridades, uma vez que os regulamentos surgiam em situações extremamente violentas (mortes e prejuízos físicos). Havia nas universidades documentos regulamentadores da obrigatoriedade de cobranças de valores aos ingressantes ou outras práticas com danos à integridade física e/ou psicológica destes, sob as vistas dos dirigentes ou até com o apoio desses. A literatura aponta que os trotes mais violentos ocorreram na França e na Alemanha. Os trotes na França eram mais requintados em termos de crueldade do que os dos alemães e fizeram

seguidores no contexto mundial. Dividiam-se em três fases: julgamento, pena e absolvição. Os primeiros trotes ocorridos no Brasil foram realizados por universitários brasileiros que vieram da Universidade de Coimbra, Portugal. O primeiro evento grave envolvendo morte de ingressante data de 1831, em Olinda, Recife. Nesse evento, um estudante foi assassinado a facadas e bengaladas por um colega trotista (ALMEIDA JÚNIOR, 2011; MATTOSO, 1985). Em diversos registros de mortes causadas pelos trotes, observa-se que muitas resultaram da resistência dos indivíduos-alvo (VASCONCELOS, 1993; ALMEIDA JÚNIOR; QUEDA, 2006; ALMEIDA JÚNIOR, 2011).

A relação entre trotes e preconceitos é fundamentada na literatura de modo recorrente. O trote perpetuou tais preconceitos, os quais podem ser observados na expressão do ódio entre estudantes de nacionalidades e credos religiosos divergentes, dentro das universidades europeias, e pelo autoritarismo, racismo e sexismo constatados nas universidades do Brasil (MATTOSO, 1985). Via de regra, após o período medieval, os trotes mais comuns na Europa se configuravam com o corte do cabelo, o confisco de bens como roupas, livros e a exploração financeira do ingressante, que era sujeito a pagar diversas despesas aos trotistas. (MATTOSO, 1985). Os livros “O trote na ESALQ” de Almeida Júnior e Queda (2003) e “Anatomia do trote universitário” de Almeida Júnior (2011) relatam os principais atos dos grupos trotistas da ESALQ, bem como consequências físicas, psíquicas e morais dos trotes para alunos ingressantes no período anterior ao ano 2000. Foi revisada uma pesquisa sobre os trotes nos cursos de Química, Física e Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos (SP), de Zuin (2002). Nesse estudo, o pesquisador descreveu e analisou ações trotistas ocorridas nos três cursos. Foram analisados o trote em 2000 e seu “aprimoramento” pelos mesmos alunos, em 2001, “vítimas” no ano anterior. Zuin resume os trotes aplicados nessa universidade como parte de um ritual de passagem, fundamentado em um processo psicossocial sadomasoquista.

A revisão de literatura encontra também elementos sobre trotes nas Escolas Agrícolas. Medeiros (2008) descreveu e analisou causas para evasão de novos alunos do Colégio Agrícola Estadual do Paraná, moradores de alojamento escolar (internato) relacionadas à provocação de constrangimento por parte de colegas, tais como ocupar a cama do aluno do 1º ano, apropriar-se de roupas. Resende (2012) investigou causas da evasão escolar e identificou, no Sul do estado de Minas Gerais, os principais tipos de trotes foram: corte de cabelo (à noite, após apagarem as luzes); pintar as unhas dos novos alunos; “esticão”, trote que consiste no ato de quatro alunos trotistas pegarem o aluno do 1º ano pelos braços e pernas e o

esticarem, como se ele fosse um frango; obrigar os “gabirus” a tarefas manuais e servis, como oferecer água para os alunos do 3º ano; carregar armários ou limpar os quartos e a realização de outras atividades afins. Resende (2012) afirma que quando a instituição se transformou em Instituto Federal de Machado, com o aumento da oferta de cursos superiores, os alunos do 3º ano do ensino médio e técnico foram perdendo o poder de opressão e os trotes perderam parcialmente a força, especialmente após 2010. Entretanto, de acordo com os alunos, os trotes diminuíram, mas ainda ocorrem nos alojamentos. As pesquisas sobre trote em universidades e escolas agrícolas e sobre *bullying* fundamentaram nossa proposta de forma direta, pois os alunos, servidores e professores foram convidados a discutir, conhecer e refletir a respeito de tais conhecimentos, buscando-se modificar a cultura da instituição com relação ao aspecto da violência e dos preconceitos sobre indivíduos e grupos minoritários.

A extensão foi voltada também para o combate à violência e preconceito contra indivíduos que possuem quadros de transtornos psíquicos dentro da instituição de ensino. Contextualizaremos brevemente a história do tratamento ao indivíduo com transtornos psicológicos. Partindo de um enfoque tradicional de cuidados com o indivíduo com transtornos psíquicos, a Psicologia e Psiquiatria Clássica delinearam formas de tratamento convencional baseados em remédios controlados, eletrochoques, choques insulínicos, internações hospitalares, tratamentos psicológicos (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2015). Muitas vezes, a falta de conhecimentos científicos ou despreparo técnico dos profissionais foram fatores de violência e exclusão social do indivíduo com transtornos psicológicos. A ausência ou fragilidade dos laços entre os indivíduos que sofrem de transtornos psíquicos e suas famílias levou à cronificação das internações hospitalares e ao distanciamento desses indivíduos da vida social, produtiva e da perda de sua cidadania. A partir da Reforma Psiquiátrica ou da Luta Antimanicomial, movimento que surgiu no final dos anos 1970, na Itália, e depois foi proposta no Brasil, os indivíduos que se encontram em sofrimento psíquico e requerem tratamentos médicos e psicológicos devem ser tratados com dignidade e têm direito à integridade física e mental, lazer, cultura e cidadania (AMARANTE, 2017). De acordo com a Psiquiatria Social, as oficinas terapêuticas podem ser uma forma de promoção da cidadania, expressão de liberdade, convivência entre pessoas com sofrimento psíquico por meio da inclusão pela arte. Para Furtado, Bock e Teixeira (2015), as modernas versões da Psiquiatria serviram como um meio de crítica ao antigo sistema de saúde vigente. Em 2017, o setor de Psicologia Escolar do Instituto Federal do Triângulo Mineiro *Campus*

Uberlândia, registrou 28 casos de alunos entre 14 e 17 anos que possuem algum tipo de transtorno psíquico, dentre ansiedade, depressão, transtornos de personalidade, transtorno de pânico, transtorno alimentar, etc. (SILVA, 2017). Muitos adolescentes acolhidos pelo serviço fazem tratamentos psicológicos e psiquiátricos, anteriormente à entrada na instituição. Em face deste cenário, devido à inserção dos alunos em ambiente escolar com uma jornada de tempo integral e altamente complexa, geradora de estresse e ansiedade, supomos que a escola deva propor ações que sirvam de acolhimento e prevenção ao esgotamento físico, mental e da criatividade. Indivíduos que “sofrem em silêncio” devido a crises de ansiedade, depressão ou outros tipos de sofrimento psicológico têm o direito de receberem tratamento humanizado, amor e respeito e não serem passíveis de atos de covardia e intimidação por seus pares. Com o intuito de auxiliar os alunos que apresentam dificuldades psicológicas e requerem tratamentos psicológico e médico fora da escola a continuarem a vida acadêmica, bem como preparar seus pares para se relacionarem com aqueles, realizamos esta parte do projeto.

Metodologia

O presente projeto ocorreu no período de março a novembro de 2017. O público-alvo foi constituído de alunos, professores e servidores. Participaram das ações 80 alunos, 5 servidores e 5 professores. Desenvolvemos a ação de extensão com base em 2 eixos temáticos: 1. Reflexões sobre trote, *bullying* e formas de violência mais presentes no cenário educacional (machismo, racismo, homofobia). 2. Reflexões sobre violência e preconceitos com indivíduos com transtornos psíquicos. A fim de viabilizar este 2º eixo temático, realizamos uma parceria com o projeto de extensão “Fazendo mais arte”, coordenado pela professora Márcia Maria Sousa. O projeto foi realizado tendo como ponto de partida uma pesquisa participante (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Para isto, aplicamos um questionário em forma de uma enquête, para sondagem de como os indivíduos da instituição de ensino percebiam este projeto. Essa enquête foi aplicada no mês de março de 2017. Os principais resultados foram: 40 questionários aplicados e 22 questionários devolvidos. Somente 2 professores e 2 servidores responderam ao questionário. Uma síntese dos principais grupos de respostas será apresentada abaixo:

- 2 alunos expressaram apoio à tradição de trotes e percepção negativa ao projeto de extensão. Exemplos: “O objetivo do projeto Anti-Trote é impedir um meio de socialização com os novatos”. “Trote é uma atividade para arrecadar fundos em prol de algo que

traga a socialização". *Bullying* - "Bullying é mimimi da sociedade".

- 2 servidores, 2 professores e 11 alunos expressaram percepções e expectativas positivas ao projeto.

Em seguida, desenvolvemos as demais etapas do projeto: capacitação teórica dos alunos bolsistas, reuniões de planejamento; divulgação/realização de atividades de divulgação de rodas de conversas e debates para comunidade escolar (alunos, servidores e professores); realização de parcerias para execução do eixo 2 do projeto. Os resultados obtidos com as duas rodas de conversa sobre trote foram muito exitosos e produtivos. As ideias e representações estereotipadas e negativas que os alunos apresentaram inicialmente sobre o projeto foram sendo desmitificadas, por meio de uma postura dialógica com os participantes. Uma comprovação do sucesso da proposta foi de que a 1ª roda de conversa teve a presença de 90 participantes, sendo 80 alunos e servidores e professores. Os alunos e demais participantes tiveram liberdade de exporem as opiniões em relação aos conceitos divergentes que o Projeto denominado Anti-Trote propunha. Apesar da grande resistência apresentada pelos alunos, o que atribuímos à tradição de décadas de trote na instituição como forma de integração entre alunos novos e antigos (SILVA, 2015), foi possível "quebrar o gelo" com esses indivíduos.

A partir da 2ª Roda de conversa, que abordou o racismo, os alunos, servidores e professores foram sendo mais afetados pela necessidade de mudanças e reconstrução do espaço escolar e de convivência social. A oficina e minicurso "Arte e Loucura" tiveram um sucesso significativo. 23 alunos foram capacitados acerca da questão dos preconceitos e

exclusão social e a promoção da cidadania do indivíduo com transtornos mentais, defendida pela Luta Anti-manicomial. Foram trabalhados, de forma teórica e prática, a Arte-Terapia da médica brasileira Nise da Silveira como alternativa ao tratamento convencional ao indivíduo considerado louco pela sociedade. O interesse e criatividade dos alunos foi indicador do grande envolvimento deles com as atividades. Na figura 1, pode ser visualizada um momento de experimentações artísticas na oficina Arte e Loucura.

Considerações Finais

O projeto de extensão "Anti-trote" representou um mecanismo mediador de reflexões e ações, com um enfoque multidisciplinar e institucional, que atuou sobre a prevenção e combate ao trote, *bullying* e preconceitos sobre indivíduos com diferenças (negros, homossexuais, mulheres e indivíduos com transtornos psicológicos). O projeto obteve certo sucesso em aproximar a comunidade escolar de sua proposta transformadora. Os trotes e atos de *bullying* foram mais expressivos no começo do ano letivo, quando o projeto ainda não tinha sido iniciado. Com o passar das primeiras atividades de debates, alunos mudaram em parte seu olhar sobre a forma de tratar os colegas que estavam iniciando o curso na escola, com diminuição de trotes. Paralelamente, o projeto passou a ter uma aceitação maior, com uso de linguagem mais coerente com uma cultura contrária a trotes (ALMEIDA JR; QUEDA, 2003, 2006). A ideia de mudar a cultura institucional no aspecto de existência dos trotes e atos de intimidação

Figura 1. Oficina "Arte e Loucura"



Fonte: Márcia Maria de Sousa.

sofre ainda certas resistências. Muitos alunos utilizam-se dos conceitos sugeridos pelos fundamentos teóricos do projeto de forma irônica (como exemplo, “ingressante”, ao contrário de novato), o que demonstra ser necessária sua continuidade. Entretanto, ao longo das atividades, os alunos representantes de minorias sociais passaram de atores passivos, alvos de trotes, piadas, comentários pejorativos, a atores ativos, sendo convidados a dar sua contribuição singular ao projeto. O eixo temático Arte e Loucura estendeu as ações de prevenção e combate à violência aos indivíduos que apresentam dificuldades psíquicas, mas que podem e devem ter seu espaço de interlocução e participação ativa nos projetos escolares.

Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. W. et al. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. R. **Anatomia do trote universitário**. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.
- ALMEIDA JR, A. R.; QUEDA, O. **Trote na ESALQ**. Piracicaba: Edição Própria, 2003.
- _____. **Universidade, preconceitos e trote**. São Paulo: Hucitec Editora, 2006.
- AMARANTE, Paulo. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica, pp. 45-65. In: AMARANTE, P. (Coord.). **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S1413> - Brasil. Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002.> Acesso em: 2017.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo-SP: EPU, 1986.
- MATTOSO, G. **O calvário dos carecas**. São Paulo: EMW Editores, 1985.
- MEDEIROS, W. M. M. **Evasão escolar e educação: o caso do Centro de Educação Profissional Agrícola Estadual Mohamad Ali Hamzé**. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1443-8.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2012.
- RESENDE, M. L. A. **Evasão escolar no primeiro ano do Ensino Médio integrado do IFSULDEMINAS**. 2012. Dissertação (Mestrado Política Social) - Prog. Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, *Campus Machado*, 2012.
- SILVA, R. M. **“Só vencem os fortes”- a barbárie dos trotes na Educação Agrícola**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) Prog. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- _____. **Quadro demonstrativo de quantitativo de alunos com transtornos psíquicos**. Uberlândia-MG: IFTM *Campus Uberlândia*, 2017.
- SILVEIRA, N. **Jung: vida e obra**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1990.
- ZUIN, A. A. S. **Trote universitário: passagens de um rito de iniciação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

